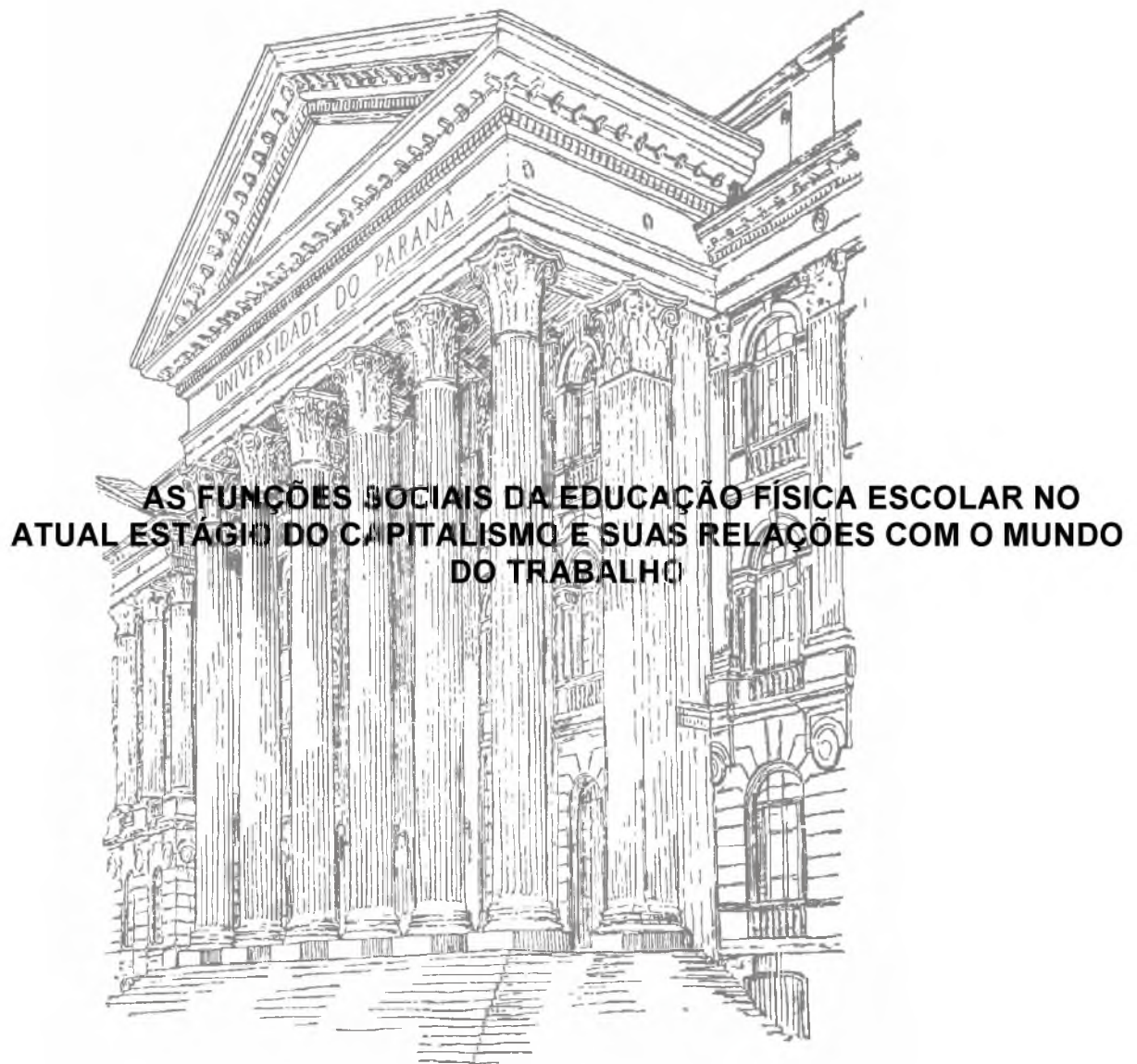


GISLAINE FOLTRAN RIBAS



CURITIBA

2007

GISLAINE FOLTRAN RIBAS

**AS FUNÇÕES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO
ATUAL ESTÁGIO DO CAPITALISMO E SUAS RELAÇÕES COM O MUNDO
DO TRABALHO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de licenciado em Educação Física, no Curso de Licenciatura em Educação Física, Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profº. Ms. Rafael Alencar Furtado

CURITIBA

2007

Privatizado

"Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu
direito de pensar.

É da empresa privada o seu passo em frente,
seu pão e seu salário. E agora não contente querem
privatizar o conhecimento, a sabedoria,
o pensamento, que só à humanidade pertence."

Bertold Brecht

Dedicatória

A todos os trabalhadores e a todas as
trabalhadoras, que todos os dias são explorados
e exploradas dentro desta sociedade. Para essas
pessoas que eu luto e estudo. Para essas
pessoas que eu busco a revolução.
A Revolução Socialista!

Agradecimentos

Ao Luis, por me apresentar uma educação física diferente, me ensinar a lutar por uma sociedade diferente, por estar comigo em todos os momentos. Meu companheiro de sonhos...

Às três mulheres de minha vida, Mãe Darlene, Irmã Cris e sobrinha Lu, que foram meu apoio, minha sustentação para a conclusão deste objetivo.

A minha família toda, especial ao meu vô Dilo e minha vó Neuza, por acreditarem sempre em mim e se orgulharem dos meus passos.

Ao meu Pai Marco e meu irmão Silvio que mesmo de longe são, sempre, minha família.

Ao Prof. Ms. Rafael Alencar Furtado, ou somente Rafa, por aceitar a estar comigo neste ciclo.

Aos companheiros e às companheiras do MEEF, especialmente aqueles que construíram a luta na UFPR, seja no CAEF, seja em coletivos. Quanta lagrimas, quantos sorrisos, quanto aprendizado... A luta é difícil, mas não desistiremos nunca de nossos objetivos.

Aos amigos e às amigas que fiz neste trajeto de luta e de curso. Seja em Curitiba, ou fora. Seja na militância, ou nos estudos.

Aos amigos e às amigas de antes da faculdade, por, mesmo estando mais distante, não esquecerem de mim.

A todas e todos que lutam e sonham com uma nova sociedade. Sociedade justa e igualitária. A todos e todas que sonham com uma sociedade COMUNISTA!

SUMÁRIO

RESUMO	VII
1. INTRODUÇÃO	1
2. ANÁLISE DE CONJUNTURA: ENTENDENDO A SOCIEDADE	4
2.1. ATUAL FASE DO CAPITAL: CONHECENDO O NEOLIBERALISMO.....	4
2.2. EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO: CONSEQÜÊNCIAS NA ESCOLA.....	8
2.3. EDUCAÇÃO FÍSICA.....	12
3. MAS QUAL É A FUNÇÃO?	17
3.1. A ANÁLISE	17
3.1.1. E sobre a educação física?	19
3.1.2. Cidadania	22
4. CONSIDERAÇÕES	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27

RESUMO

Este trabalho pretende investigar as funções da educação física no atual momento do capitalismo, visto que as variadas mudanças no mundo do trabalho geram mudanças diretas na educação e, conseqüentemente, na educação física. Para tanto, realizamos uma análise de conjuntura do atual modo de produção e das políticas neoliberais, buscando as implicações na educação e na educação física, realizando também um breve resgate, buscando entender para que elas vêm servindo até o atual momento histórico. Após essa análise de conjuntura e histórica, realizamos uma análise interpretativa dos Parâmetros Curriculares Nacionais para as series finais do ensino fundamental, para observamos qual a visão de educação física que defende um documento nacional, para acharmos sua justificativa para estar na escola. Após os estudos, podemos constatar que o atual estágio do capitalismo acredita numa crise educacional, e que a escola precisa de adequar as novas exigências. Com isso, a educação física passa a ter um novo papel que é a disseminação de valores importantes para o atual modo de produção capitalista.

1. INTRODUÇÃO

Muitas têm sido as funções sociais assumidas pela Educação Física no seio da sociedade ocidental contemporânea. De diferentes e muitas vezes divergentes formas, a presença da disciplina nos currículos das escolas regulares habitualmente busca atender a necessidades que não dependem nem somente da escola, nem somente da disciplina. Tais necessidades estão articuladas e mediadas por questões conjunturais muito mais abrangentes. Neste sentido, temos como temática central da presente pesquisa a reflexão em torno da função da Educação Física na escola para os interesses vigentes nos modelos de organização social no Brasil.

Emergindo da temática proposta, apontamos como problema de pesquisa a seguinte questão norteadora: Em meio aos interesses da atual fase da sociedade capitalista, para que principais funções a Educação Física têm sido requisitada a participar da formação escolar?

Diante das novas configurações sociais constituídas a partir especialmente da Revolução Industrial, a burguesia — enquanto classe detentora dos meios de produção e interessada em desenvolver as estratégias do capital em ebulição na sociedade moderna — buscava a construção e modelamento de um “novo homem” e de uma “nova mulher” que suportasse a nova organização política, econômica e social. Trata-se de um corpo que precisa estar preparado para longas jornadas de trabalho, que precisa ser disciplinado e, acima, de tudo alienado.

Uma das formas encontradas, em tal contexto social, para alcançar tal objetivo foi a Educação Física, pois ela seria uma maneira de condicionar os corpos, e acostamá-los a esta nova organização social, preparando os trabalhadores e as trabalhadoras a obedecer e não questionar sua condição de alienados e alienadas, além de adquirirem corpos fortes e saudáveis.

Com o passar dos anos, os objetivos da Educação Física na Escola foram sendo modificados, de acordo com os interesses da sociedade vigente. Hoje, estamos vivendo o Neoliberalismo, que é uma prática econômica que determina um Estado mínimo na intervenção no mercado, e máximo no controle dos sindicatos

(ANDERSON, 2003). Os trabalhadores e as trabalhadoras não precisam mais, necessariamente, apresentar corpos fortes.

Dentro desse novo modelo econômico e social, questionamos a Educação Física escolar e qual o seu papel na fase atual do sistema capitalista de produção e como ele se apresenta na concepção pedagógica apresentada pelo Estado Brasileiro em sua(s) última(s) gestão(s).

Que significados a Educação Física passa a ter dentro dessas novas formas de existir do capital? A burguesia e o proletariado atuais são bastante diferentes das mesmas classes no século XIX. Como a função da Educação Física na escola se altera nesse contexto?

A busca por essas respostas — ou por novas indagações — tem fundamental sentido na tentativa de vislumbrar a importância de uma Educação Física escolar diferente do que ela vem sendo trabalhada, que ajude na formação de homens e mulheres críticos, que questionem seu papel na sociedade e que entendam algumas regras do atual mundo do trabalho.

A realização desta pesquisa será norteada pelo materialismo histórico dialético, pois vivemos em uma sociedade dividida em duas classes com interesses antagônicos. A luta entre essas duas classes – a classe burguesa e a classe proletária – está presente nas variadas ações do cotidiano, inclusive, e principalmente na educação, onde as contradições da sociedade estão presentes aos olhos dos professores e das professoras. A metodologia será através de revisão de literatura e análise documental, para alcançarmos os objetivos de resgatar elementos que auxiliem a entender a atual fase do capital, analisar como a escola está sendo encarada nesta fase e compreender quais interesses justificam a permanência da educação física na escola nos atuais moldes de organização social. O documento a ser analisado são os Parâmetros Curriculares Nacionais, construídos em 1997, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A forma de análise do documento será de cunho interpretativo a partir tanto do referencial materialista histórico dialético, quanto da própria revisão de literatura feita durante a realização da pesquisa.

Por compreender que não há a neutralidade acadêmica, esta pesquisa tem o intuito de auxiliar na luta dos trabalhadores e das trabalhadoras, não só da educação física, mas de todos e todas que questionam este modelo de organização social e que buscam estender em quais amarras estão sendo presos e presas dentro deste sistema. Como esta disciplina serve aos interesses do capitalismo, um primeiro passo é entender como ela se organiza hoje pra alcançar a sua superação, para então a educação física ser crítica e superadora!

2. ANÁLISE DE CONJUNTURA: ENTENDENDO A SOCIEDADE

Desde seu início, o capitalismo passou por diversas fases, principalmente referentes ao seu modo de produção. Para discutirmos elementos dos dias de hoje, precisamos entender como a sociedade está organizada e quais seus objetivos.

2.1. Atual fase do capital: conhecendo o neoliberalismo.

Após a II Guerra Mundial os países de capitalismo avançado implantaram o chamado Estado de Bem-estar Social como opção para a superação da crise de superprodução, ocorrida em 1929, e que tinha como base econômica o keynesianismo que indicava que o Estado buscasse certa planificação econômica, fazendo com que houvesse uma grande intervenção no processo econômico-social (NOZAKI, 2004). Este modelo de Estado tinha como objetivo garantir questões centrais a população, como emprego, educação, etc, visando estes como possíveis clientes, aumentando seu poder aquisitivo (FURTADO, 2003). Lembrando que, após a II Guerra Mundial, o mundo se dividiu em dois grandes blocos: o socialista e o capitalista, começando, então a Guerra Fria. O modelo de produção adotado neste período foi o taylorista/fordista

...que se caracterizam como modelos de organização do trabalho, de produção de mercadorias e de regulação social, postuladores de um aprimoramento da mecanização rígida da produção, da separação entre a concepção e a execução do trabalho, da produção padronizada das mercadorias, de uma linha de montagem divisora do trabalho específico, de um aumento intenso de capital morto, da economia em grande escala e do consumo em massa (FURTADO, 2003, p. 3).

Assim, observa-se que o trabalhador ou a trabalhadora era responsável por apenas determinada parte da produção, tendo uma qualificação bem específica, além de a produção ser feita em massa, que é caracterizada pela produção de uma grande quantidade do mesmo produto. Mas, o que observamos nesta época, é a soma do modo de produção taylorista/fordista com as políticas do Estado de Bem-estar Social, determinando o estilo de vida social, político e cultural (NOZAKI, 2004).

Porém, tem origem em 1944, o neoliberalismo, com o texto de Friedrich Hayek *O caminho da servidão*. Ele surge como “(...) uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem estar.” (ANDERSON, 2003, p.9) Para os e as neoliberais, qualquer intervenção e limitação do Estado nos mecanismos de mercado é um ataque à liberdade, não só econômica, quanto política e argumentavam que a desigualdade podia, e pode, ser um fator positivo e que as sociedades ocidentais precisam dela.

Mas, as idéias e os ideais neoliberais não possuíam força neste momento histórico, pois as políticas do Estado de Bem-estar Social estavam obtendo grande sucesso, não apresentando sinais de que iriam tão logo ruir (FURTADO, 2003). O Estado de Bem-estar Social apresentou inclusive o crescimento mais rápido da história, nos anos 50 e 60 – denominada a idade de ouro do capitalismo (ANDERSON, 2003).

O neoliberalismo só obteve visibilidade de fato e pode ser visto como alternativa a partir da crise do modelo econômico do pós-guerra, nos anos 70, pois os países de capitalismo avançado estavam enfrentando recessão, combinados de inflação alta e taxa de crescimento baixa. Para os e as neoliberais, isto acontecia, inclusive, devido ao grande poder que estava dado aos sindicatos

...que haviam corroído as bases de acumulação capitalistas com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 2003)

Diante de tal quadro, os e as neoliberais acreditavam que:

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com o bem estar, e a restauração da ‘taxa’ natural de desemprego, ou seja, a criação de exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. (ANDERSON, 2003, p.11)

O Estado, na verdade passa a ter como principal função, criar as condições para o desenvolvimento dos grandes capitais. Para tal, deveria ser mínimo nas intervenções econômicas, diminuindo impostos dos altos rendimentos e não atuando em relação ao desemprego, mantendo uma taxa natural, mas sendo forte na defesa dos direitos de mercado.

Apesar de tais idéias estarem ganhando terreno, foi só no final da década de 70 que há a oportunidade de ele ser implantado em um país de capitalismo avançado, com o governo Thatcher, na Inglaterra. Depois, até o começo dos anos 80, vários países do norte da Europa e os Estados Unidos – com a eleição de Reagan – também aderiram à ideologia neoliberal, com governos de direita, que buscavam alternativas para vencer a crise do capitalismo. Já no sul do continente europeu, estavam sendo eleitos governos de esquerda – chamados de euro-socialistas – e que buscavam realizar uma política próxima ao que havia sido no norte da Europa pós-guerra, mas tal projeto fracassou e em meados dos anos 80, foram aderindo políticas próximas às neoliberais. Observamos, então, a ideologia neoliberal como a dominante nos países capitalistas, pois tanto governos de direita, quanto os de esquerda adotam seus ideais, tal como dito por ANDERSON (2003, p.14):

No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se auto proclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal.

Podemos trazer também a experiência da América Latina, pois ela pode ser considerada a “terceira grande cena de experimentações neoliberais” (ANDERSON, 2003, p.19), acontecendo, nos dias de hoje, grandes privatizações, reformas e a implantação rigorosa do Estado Mínimo. Porém, foi na América Latina que foi implantado o primeiro governo neoliberal: o Chile, na ditadura de Pinochet. Tal implantação ocorreu cerca de dez anos antes que na Inglaterra, e interessou muitos conselheiros e muitas conselheiras do governo Thatcher. A verdade é que na ditadura Pinochet, o neoliberalismo foi um sucesso, pois a economia do Chile teve um crescimento bastante rápido. A América Latina não foi pioneira apenas na

implantação do neoliberalismo, também foi pioneira na implantação do neoliberalismo por governos populares. Isto ocorreu na Bolívia, em 1985, com o então presidente Jeffrey Sachs, do partido populista, pois o país estava enfrentando uma hiperinflação, fazendo com que se usassem políticas neoliberais como forma de combater este problema. Tal modelo acabou sendo o mesmo que o difundido nos países do sul da Europa, ou os países euro-socialistas (ANDERSON, 2003).

O neoliberalismo não era apenas uma mudança política, referente ao papel do Estado, contou também com uma reestruturação produtiva, mudando o modo de produção capitalista dominante, que deixou de ser o taylorista/fordista e passou a ser paulatinamente, ou ao longo do tempo, o toyotista (ou acumulação flexível) que, ao invés de ter uma produção em massa, tem sua produção determinada pela demanda, produzindo variados modelos em menores quantidades. Como os materiais (peças) passam a ser variados, as fábricas mantêm um núcleo central de produção, porém parte passa a ser terceirizada, chegando, por vezes, até 75% do total da produção. Outra característica do toyotismo são as variações de quantidade de produção, assim as fábricas mantêm um número mínimo de trabalhadores e trabalhadoras na fábrica. Caso surja uma demanda maior de determinado produto, ao invés de contratarem mais trabalhadores e trabalhadoras, é usado como alternativa horas extras ou a contratação de mão de obra temporária. Havendo tantas mudanças na maneira de se produzir, surgindo esta flexibilização, houve a necessidade da flexibilização do trabalhador, que precisa ser polivalente, sabendo operar máquinas e que saiba trabalhar em equipe, resolvendo problemas e buscando maneiras de melhorar a produção. Esse modelo, apesar de fazer os trabalhadores e as trabalhadoras serem mais participativos e participativas na fábrica, e conseqüentemente na produção, não quer dizer que seja democrática, continuando e inclusive intensificando a extrema exploração humana (NOZAKI, 2004).

Outro ponto a ser levantado e que fez parte dessas implantações neoliberais, foi a transmissão e incorporação da ideologia neoliberal pela população, pois ao mesmo tempo em que o neoliberalismo apresentava mudanças políticas, econômicas e jurídicas para a saída da crise do modelo econômico do pós-guerra, apresenta também uma intensa reconstrução discursivo-ideológico, que buscava

explicar a crise e se apresentando como a alternativa para seu fim, tornando-se não só aceita, como também defendida pelas pessoas. Como dito por GENTILI (1996, p.10) “O neoliberalismo deve ser compreendido na dialética existente entre tais esferas, as quais se articulam adquirindo mútua coerência”, possibilitando, assim, a grande hegemonia neoliberal que vêm se construindo.

Com tamanha hegemonia, podemos dizer que o neoliberalismo havia triunfado? Na verdade, não. Avaliando alguns itens como a deflação, os lucros, a taxa de desemprego e os valores dos salários, o neoliberalismo havia respondido aos seus propósitos. Mas todas estas ações serviam para buscar reanimar o capitalismo e, como diz ANDERSON (2003, p.15).

Nesse aspecto, no entanto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 70 e 80 não houve nenhuma mudança – nenhuma – na taxa de crescimento, muito baixa nos países da OCDE¹.

Mas mesmo assim o neoliberalismo tem uma segunda chance e continua com força. Isso se deve (muito) à derrota do comunismo na Guerra Fria, pois simbolizou a vitória do capitalismo, mas “(...) não foi triunfo de qualquer capitalismo, mas a do tipo específico liderado e simbolizado por Reagan e Thatcher nos anos 80.” (ANDERSON, 2003, p.18) Com isso, o neoliberalismo continua não só uma alternativa, como uma necessidade do capital, tanto nos países de capitalismo avançado, como nos periféricos para sua perpetuação e reprodução ampliada.

2.2. Educação e neoliberalismo: conseqüências na escola.

Na Idade Antiga e Média, as pessoas se educavam principalmente através de suas relações e, principalmente, através do seu trabalho. Porém, havia uma classe que trabalhava e outra que, como proprietária, vivia do trabalho dos outros. Como esta classe não estava no trabalho árduo várias horas por dia, desde sua infância,

¹ Organização Européia para o Comércio e Desenvolvimento

precisavam ocupar seu tempo de alguma forma, surgindo, então, uma educação diferenciada, específica para esta classe: a escola, que em grego quer dizer lugar do ócio (SAVIANI, 1996).

Mas, com o advento da sociedade capitalista, a escola, e mais precisamente a educação escolar básica, ganha uma nova visão, pois a ciência passa a ser importante para o desenvolvimento da produção industrial, buscando meios de o ser humano utilizar a natureza, sujeitando-a a seus desejos, necessidades e transformando tais conhecimentos em elementos do processo produtivo. Como a ciência está na produção, ela precisa ser transmitida de alguma forma, surgindo assim a necessidade da generalização da escrita. Sem contar que os direitos passam a ser registrados e não mais passados entre os homens e as mulheres, dando mais um fator de importância ao conhecimento da escrita por todos e todas (SAVIANI, 1996).

Assim os defensores do liberalismo, pregavam a necessidade de uma educação para todos e todas e que não teria como principal função o ensino de um ofício propriamente dito, e sim uma educação para transformar os homens e mulheres em cidadãos e cidadãs (BUFFA, 1996). Observamos, então que a escola passa a ter uma função não apenas instrumental, ensinando a ler e escrever, tendo também uma função ideológica, disseminando os valores necessários para o sucesso desta organização social. Dentro de tal conceito e de tais objetivos, a escola é igual para todos e todas até certo ponto. Apesar de o discurso pregar a igualdade, a escola seria diferente para os trabalhadores e as trabalhadoras e para a classe dominante. Estes teriam que ser preparados para governar, enquanto aqueles e aquelas seriam preparados e preparadas para o trabalho e para entender e aceitar esta nova organização, como dito por BUFFA (1996, p.22) "...a nova ordem econômica da manufatura não exige o trabalhador qualificado, mas sim, o trabalhador disciplinado, disposto ao trabalho diligente e à frugalidade."

Assim escola passou a ser considerada como sinônimo de educação e criou raízes com e para o sistema capitalista, buscando consolidar as bases materiais e a transmitir os ideais da nova sociedade moderna, que estava se constituindo. A escola em sua história, foi financiada pelo Estado que também articula, define e

controla seu funcionamento nas variadas fases do capitalismo (SOUSA JUNIOR, 2002). E na atual fase do capital, qual a forma que a escola vem sendo pensada?

Uma primeira questão que podemos destacar é que, na análise neoliberal, a educação está em crise, e não uma crise de democratização, sendo necessário expandir para garantir acesso a todas as pessoas, e sim uma crise de eficácia, eficiência e produtividade. É uma crise de qualidade, devido a essa improdutividade que a escola possui e que é conseqüência da ineficácia da escola e da inabilidade dos que nela trabalham, gerando assim, os mecanismos de exclusão e discriminação educacional (GENTILI, 1996). Então, para os e as neoliberais, o que vem acontecendo hoje é que

atualmente, inclusive nos países mais pobres, não faltam escolas, faltam escolas melhores; não faltam professores, faltam professores mais qualificados; não faltam recursos para financiar as políticas educacionais, ao contrário, falta uma distribuição dos recursos existentes. Sendo assim transformar a escola supõe um enorme desafio gerencial: promover uma mudança substantiva nas práticas pedagógicas, tornando-as mais eficientes; reestruturar o sistema para flexibilizar a oferta educacional; promover uma mudança cultural, não menos profunda, nas estratégias de gestão (agora guiadas pelos conceitos de qualidade total); reformular o perfil dos professores, requalificando-os, implementar uma ampla reforma curricular, etc. (GENTILI, 1996, p.14)

Um dos motivos para esta crise é o fato de a escola ser extremamente estatizada, resultando assim na ausência de um mercado educacional, pois só este mercado, que, ao contrário do sistema escolar que é rígido, é dinâmico e flexível, irá gerar a competição interna e o desenvolvimento de um sistema de prêmios e castigos, de acordo com o desempenho individual dos envolvidos na atividade educacional, sendo estes mecanismos fundamentais para buscar a eficiência e a eficácia deste serviço (GENTILI, 1996). O principal desafio dos e das neoliberais é a constituição deste mercado, retirando a educação da esfera da política, deixando de ser um direito da pessoa, e passando a ser uma propriedade que deve ser conquistada – ou comprada.

Mas é necessário situarmos a análise sobre a educação, no momento histórico em que vivemos, pois a crise da escola e da educação está ligada à crise do modo de produção taylorista/fordista, pois com o fim do Estado de Bem Estar

Social e com esta mudança no mundo do trabalho, a base da sociedade – e consequentemente, a da escola – se modificam (SOUSA JUNIOR, 2002). Pois, o modo de produção toyotista exige da educação que ela passa a formar novas competências para os trabalhadores e as trabalhadoras e, como dito por NOZAKI (2004, p.5)

Neste ponto, capacidades tais como abstração, facilidade de trabalho em equipe, comunicabilidade, resolução de problemas, decisão, criatividade, responsabilidade pessoal sob a produção, conhecimentos gerais e técnicos-tecnológicos (língua inglesa e informática, por exemplo), entre outras tornam-se balizadoras do processo educativo para o mundo do trabalho

E essas capacidades acabam permeando o discurso dos críticos e das críticas da educação, influenciando nos documentos oficiais da educação.

Neste momento em que passamos a pensar os objetivos da escola, os e as neoliberais, têm dois pontos a serem garantidos nas reformas educacionais que vêm sendo implementadas: o estabelecimento de maneiras de controlar e avaliar a qualidade dos serviços educacionais e a articulação entre a produção educacional com as necessidades do mundo de trabalho (GENTILI, 1996). Importante levantar que a educação deve buscar construir a empregabilidade dos sujeitos, e não garantir empregos e criar fontes de trabalho. A educação vai buscar dar às pessoas elementos para que ela possa concorrer neste mercado, mas o resto – o seu sucesso ou fracasso – depende exclusivamente dela. Sobre os esforços do Estado e do capital em relação à educação, SOUSA JUNIOR (2002, p.6) diz

Os esforços desses setores São no sentido de adaptar a escola à realidade da produção flexível, do desemprego, da informalidade, da precarização, etc. Enquanto, de um lado, existe uma parcela da mão-de-obra que precisa estar apta a trabalhar nos processos produtivos avançados, em empregos regulares, de outro, existe uma massa que deve ser preparada (ou despreparada) teórica e praticamente (além de convencida de que não possui méritos suficientes) para outra coisa senão “ganhar a vida” em formas marginais de trabalho, sem direitos e garantias e desprotegida do Estado.

Observamos que a principal função da escola, como em toda sua história, é de transmitir os valores e a aceitar a lógica deste sistema.

2.3. Educação física

Se a educação e a escola passam a ter uma grande importância no capitalismo, a Educação Física surge para o capitalismo no momento que este precisa “investir na construção de um novo homem, um homem que possa suportar a nova ordem política, econômica e social, um novo modo de reproduzir a vida sob novas bases.” (SOARES, 1994, p.9) E desde seu surgimento a educação física vem buscando construir este novo homem e esta nova mulher, para além de suas funções higienistas e eugenistas, transmitindo os valores necessários para o melhor desenvolvimento deste novo modelo de organização social.

No Brasil, assim como no mundo, a Educação Física teve a sua função variada de acordo com o período histórico. No início da República, no período de 1889 a 1930, a concepção dominante de Educação Física era a higienista, influenciada pelos militares e pelos médicos, a qual considera a saúde como um componente importante na educação das pessoas. A preocupação nessa época era com os hábitos de higiene e saúde, valorizando, através do exercício, o desenvolvimento físico, disciplinando os hábitos para estas se afastarem de práticas que deteriorarem a saúde a moral, o que comprometia a vida coletiva (GHIRALDELLI, 1991).

Em 1930, o Brasil vivia sob a ditadura do Estado Novo e o mundo passava por muitos regimes ditatoriais fascistas. É nesse cenário que o foco da Educação Física muda, passando a ser militarista, buscando impor a sociedade padrões de comportamentos relevantes ao contexto da época. A sua principal função passa a ser: tornar a população obediente e que defendessem a pátria. Tinha, também, certa intenção de selecionar homens e mulheres, distribuindo-os nas atividades sociais e profissionais, fazendo uma seleção, eliminando os fracos e premiando os fortes (CASTELLANI FILHO, 1991)

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o Brasil estando na fase do populismo, no período de 1945 a 1964, a Educação Física sofre a influência da Escola Nova, sendo chamada de Educação Física Pedagogicista, e, assim, como os ideais desta tendência pedagógica, evidencia o desenvolvimento integral, o aprender

fazendo, sendo democrática e utilitária. (GHIRALDELLI, 1991). Mas temos que ter claro que este modelo de Educação Física – e de educação – não pode ser considerado progressista, pois possui matrizes no pensamento liberal.

Com o golpe militar de 1964, o Brasil entra numa nova fase de seu capitalismo, mudando junto os objetivos e a função da Educação Física, que, a partir do esporte de alto rendimento, passa a ser um importante sustentáculo ideológico. A Educação Física passa a ter dois principais caminhos: a divulgação do país através das competições mundiais de alto rendimento e anestesiar a população e os movimentos sociais, através dos eventos esportivos (GHIRALDELLI, 1991). Nesta época, os professores e as professoras de Educação Física passam a ser treinadores e treinadoras, buscando a obtenção da performance, através da repetição dos movimentos de forma mecânica, sem se preocupar com a formação de seus alunos e de suas alunas, privilegiando a formação de alunos e alunas-atletas.

Na década de 80, já no período de redemocratização do país, a educação física passa pela sua chamada crise epistemológica, permeada pela pergunta “o que é educação física?” Surgem, então, variadas visões de educação física e qual o seu objeto de estudo, baseadas em diferentes perspectivas. Mas já nesta época a educação física dentro da escola começa a passar por uma desvalorização, aprofundada nos anos 90.

Na década de 90 o Brasil passa a adotar políticas neoliberais e o toyotismo ou acumulação flexível são implementados, trazendo seus conceitos, e passando a determinar o mundo do trabalho. Como visto anteriormente, este modo de produção precisa de um trabalhador e de uma trabalhadora com outras características que o modo de produção taylorista/fordista e, com isto, a função e visão da escola mudam, mudando com ela a função, a visão e a perspectiva da educação física, pois, de acordo com a visão dominante, a educação física sempre foi tratada como uma disciplina que apenas reproduzia movimentos, afinal era importante que os homens e as mulheres estivessem preparados e preparadas para isto, pois era uma das características do modo de produção da época, sendo então descartada do plano imediato do projeto pedagógico dominante. Assim a educação física passa a ficar em segundo plano. Podemos observar isto, por exemplo, no Projeto de Lei

1258D/88, que diz que “Os currículos valorizarão as artes e a educação física, de modo a promover o desenvolvimento físico e cultural dos alunos” (BRASIL, 1993, grifo nosso). Mas o que seria valorizar as artes e a educação física? Como trazido por NOZAKI (2004) podemos considerar como valorizar, a escola possuir festivais de modalidades esportivas, campeonatos ou práticas corporais extra-curriculares. Contudo tal projeto acabou por não seguir adiante, não entrando em vigor. Mas, o texto que constava na nova Lei de Diretrizes e Bases, de 1996, a educação física não era tido como disciplina obrigatória, resultando em interpretações ambíguas. E em 2001, com a pressão de movimentos organizados, o termo obrigatório entrou no texto, porém mantido facultativo no ensino noturno.

Após a sua crise e a esta discussão dos documentos educacionais, a educação física e os professores e as professoras da área, ficaram sem ter claro qual era de fato a sua função na escola. Em uma pesquisa realizada em Belo Horizonte, no ano de 1996, por Jeber citado por NOZAKI (2004), ficou evidente a secundarização da educação física no âmbito escolar. Um dos motivos que ficou evidenciado na pesquisa é a permanência da perspectiva pedagógica da década de 70, que dá predominância ao conteúdo esporte, enfatizando a técnica e usando como método de aprendizagem a repetição. Tal forma da educação física ser trabalhada é a mesma necessária ao modo de produção taylorista/fordista, ou seja, não contribui na formação do trabalhador e da trabalhadora de novo tipo que o modo de produção toyotista necessita. Jeber citado por NOZAKI (2004) levantou também elementos que comprovam a desvalorização da educação física perante outras disciplinas, como o caráter facultativo em relação à participação dos alunos e das alunas nas aulas, a ausência de nota, além da postura do professor e da professora, pois além de serem muitas vezes passivos e passivas, não se envolvem em questões tipicamente do âmbito pedagógico, como por exemplo o conselho de classe. Inclusive nesta pesquisa, uma das escolas visitadas, organizou atividades culturais e desportivas para o horário do conselho de classe, ficando o professor de educação física coordenando tal espaço e, conseqüentemente, não participando do conselho.

Outra situação que nos mostra como a educação física escolar está desvalorizada é como professores e professoras de outras áreas encaram o trabalho dos professores e das professoras de educação física como mais fácil, pois não se preocupam com tarefas tidas como intelectuais, pois, em muitas escolas, a educação física é tratada como uma disciplina folgadora, um momento de descanso das outras aulas, onde lhe é exigido grande esforço intelectual, não tendo um conhecimento próprio (NOZAKI, 2004). Tanto, que em alguns casos nas séries iniciais do ensino fundamental, as professoras e professores não deixam ir para a aula de educação física como uma forma de castigo para os alunos e as alunas que não se comportaram bem em sala. Ou, o próprio professor ou a própria professora de educação física, pune uma sala não comportada com aula teórica. Ou seja, observamos que a prática nas aulas de educação física é tratada como um prêmio para os alunos e para as alunas que se comportam, obedecem e merecem um momento de descontração. Tais situações, cada vez mais levam a educação física a ser subordinada a outras disciplinas.

Mas se a educação física é secundária, qual seriam disciplinas importantes? Em uma pesquisa realizada por Andrade citada por NOZAKI (2004), foram apontadas por alunos, alunas, professoras, professores, diretores e diretoras, como disciplinas centrais a matemática, a língua portuguesa, a língua estrangeira e a informática, que são disciplinas que formam competências tidas como importantes para o atual mundo do trabalho e modo de produção, pois é necessário que a escola dê subsídios para a formação do trabalhador e da trabalhadora, sendo que a forma que a educação física vem atuando é mais no sentido do não-trabalho, do momento de descanso, do que preparando para este mundo do trabalho.

Mas, contraditoriamente, podemos observar no nosso cotidiano que a educação física tem importâncias diferentes entre as diferentes camadas populares, pois como visto, para as camadas populares há um esvaziamento teórico da disciplina. Porém, por outro lado, ela é oferecida para as camadas médias da classe trabalhadora e, principalmente, para a classe burguesa, de forma estimada, sendo usada, inclusive, para propagandear grandes escolas. Porém, a forma como é a educação física nestas escolas é

na forma pedagógica da aptidão física, pois se trata de uma reprodução dominante das manifestações corporais no campo não-escolar, seja na forma de esportes, da dança, da ginástica, para a busca de formação de hábitos saudáveis ou seleção de talentos. (NOZAKI, 2004, p.150)

Observamos nesta consideração que a educação física continua com o mesmo caráter de seu surgimento, em relação à classe burguesa: transmitir valores importantes para a sociedade capitalista. Mas o que nos chama a atenção é como a saúde é encarada, pois é considerada como responsabilidade individual e será alcançada com a prática de exercícios físicos e adoção de um estilo de vida saudável.

3. MAS QUAL É A FUNÇÃO?

Como vimos até aqui, estamos passando por uma fase de amoldamento aos ideais e às idéias neoliberais, que se relacionam com o atual modo de produção capitalista. Assim a educação e, conseqüentemente a educação física, precisam também se adequar às novas exigências do mundo do trabalho.

Assim sendo, o que observamos no Brasil são políticas de ajustes estruturais com o objetivo de promover esta qualificação, passando por reordenamentos legais no âmbito escolar, como a aprovação da nova lei de Diretrizes e Bases (Saviani, 1998), e a elaboração de documentos que se tornam balizadores ideológicos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (Palafox, Terra, 1997) e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Superior, entre outros. Em resposta a esta série de ataques, podemos observar a resistência, ou amoldamento, em alguns casos, por parte dos trabalhadores da educação, às políticas neoliberais. (NOZAKI, 2004, p.5)

Por vezes esses documentos trazem elementos e, de certa forma, ditam, de maneira implícita, funções para as disciplinas escolares. Mas e a educação física, como é tratada e para quais funções ela vem sendo destinada nos documentos nacionais?

Buscando encontrar tais respostas e possíveis indícios de qual é a função da educação física escolar nos dias de hoje, estaremos discutindo elementos trazidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais da educação física para as séries finais do ensino fundamental.

3.1. A análise

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs foram divulgados pelo Ministério da Educação e do Desporto no ano de 1998, no governo FHC, que, como vimos, era um momento de implantação do neoliberalismo, que buscava instaurar diversas reformas e realizar diversas privatizações.

O documento, por vezes, traz os elementos valorizados no modo de produção toyotista – ou da acumulação flexível. Porém tais ideais são mais explícitos na carta do então ministro da educação e do desporto, Paulo Renato Souza, “Ao professor”, que diz

Vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, em que progressos científicos e avanços tecnológicos definem **novas exigências para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho. Tal demanda impõe uma revisão dos currículos**, que orientam o trabalho cotidianamente realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país. (BRASIL, 1998, p.2, grifo nosso)

Dentro da fala do Ministro Paulo Renato, observamos claramente que a escola, no seu carácter utilitário precisa se adequar às mudanças do modo de produção, formando assim trabalhadores adequados e trabalhadoras adequadas para estas mudanças ocorridas no atual mundo do trabalho, e que possam cumprir estas novas exigências.

Em outro momento desta mesma carta “Ao professor”, o ministro cita que tal documento busca uma transformação positiva do sistema educacional brasileiro. Se levarmos em consideração a análise neoliberal sobre a educação, percebemos o quão necessário se faz mudar o sistema educacional, pois precisam arranjar mecanismos para o fim da crise, e para que esta passe a ser produtiva.

Em relação aos objetivos do ensino fundamental, a interpretação pode ser no sentido que realmente se preocupe com a formação humana, mas, em alguns momentos, se faz necessário olharmos com mais atenção, pois encontramos elementos que são importantes no modo de produção toyotista. São objetivos do ensino fundamental, dentre outros:

Utilizar as diferentes linguagens – verbal, musical, matemática, plástica, e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

Saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

Questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (BRASIL, 1998, p. 3)

Nestes três objetivos, há elementos que devem estar em uma educação que busque emancipar os e as estudantes, mas que, principalmente são importantes na construção do novo trabalhador e da nova trabalhadora, com características flexíveis, que seja comunicativo, e que solucione de maneira eficaz, possíveis problemas que possam surgir.

3.1.1. E SOBRE A EDUCAÇÃO FÍSICA?

O documento traz um histórico da educação física, que desde seu surgimento vem servindo a manutenção do *status quo* e que, sendo assim, a reflexão a cerca da área foi restringida aos seus aspectos fisiológicos e técnicos. Mas para os PCNs é necessário que se considerem as mais variadas dimensões do ser humano seja esta cultural, social, política ou afetiva.

Portanto, entende-se a educação física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a educação física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transforma-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida. (BRASIL, 1998, p.29)

Em muitos momentos, os PCNs dizem que a educação física deve ser democratizada e reverter seu quadro histórico de seleção de indivíduos, não se preocupando somente com a aptidão física. Percebemos, então, uma busca pela superação da visão e do modelo reprodutivista de educação física. Mas devemos salientar que tal modelo, era importante no contexto do modo de produção

fordista/taylorista, mas não é mais valorizado no toyotista, por isso não deve ser o modelo predominante.

No momento em que o documento fala sobre as abordagens críticas, os PCNs explicam que esta abordagem é materialista histórica dialética, que questiona o caráter alienante da educação física e que busca a transformação social. Mas o que mais chama atenção dentro desta passagem é no momento em que explica que tal abordagem tem a sua reflexão pedagógica compreendida como sendo um projeto político pedagógico e diz que é político porque as suas intervenções têm uma proposta determinada a uma direção. Porém, todas as intervenções possuem uma direção, implícita ou explícita, pois não há como atuar na realidade sem defender um lado, seja a manutenção do status quo ou para buscar a transformação social. Devido a esta fala, observamos a contradição a que este documento se coloca, pois dizem que há a intenção de minimizar os efeitos do currículo oculto, mas a partir do momento que não tem um posicionamento político claro e definido, está apenas contribuindo para a construção dos valores da sociedade vigente, sem admitir tal fato.

Os PCNs são construídos com a proposta dos temas transversais, que devem estar presentes em todas as disciplinas, por serem temas de grande urgência no país todo. Os temas são: ética, saúde, pluralidade cultural, orientação sexual e trabalho e consumo. Não há justificativa porque são estes os temas urgentes no Brasil. Mas, o que chama a atenção é a forma como é dito para a educação física abordar tais temas, se pautando, fundamentalmente no esporte. Em cada tema, há considerações e exemplos sobre como seria o trabalho da disciplina. O que estes itens específicos dos temas acabam nos mostrando é os valores que pretendem que sejam transmitidos pela escola, pois todas as disciplinas estarão abordando estes temas, condicionando o sujeito ao que é considerado certo ou errado, de acordo com os princípios da sociedade vigente, a capitalista.

O documento diz que a mídia deve ser usada nas aulas de educação física, seja como meio, usando-a para educar, ou como fim, capacitando, assim, os alunos e as alunas a uma apreciação crítica. Mas esta crítica, para nós, deve levar em conta que a mídia de maior alcance nas camadas populares, é transmissora da

ideologia capitalista, defendendo os seus valores e auxiliando, nos dias de hoje, a construção do atual modo de produção e na implementação do neoliberalismo, buscando fazer as pessoas a aceitarem o que vem sendo imposto. Trabalhar com a mídia na escola se faz importante não só para a preciação crítica, mas para que busque que todos e todas possam enxergar os valores, a posição política e a ideologia que as grandes redes de tv, editoras e meios de comunicação hegemônicos vem transmitindo.

Em relação à organização dos conteúdos da educação física, o documento propõe uma divisão em três blocos: esportes, jogos, lutas e ginástica; atividades rítmicas e expressivas; e conhecimentos sobre o corpo. Tais blocos são organizados da seguinte maneira:

Esportes, jogos, lutas e ginásticas.	Atividades rítmicas e expressivas
Conhecimento sobre o corpo	

(BRASIL, 1997, p. 68)

Os três blocos de conteúdos articulam-se entre si, têm vários conteúdos em comum, mas guardam especificidades. O bloco conhecimento sobre o corpo tem conteúdos que estão incluídos nos demais, mas que também podem ser abordados e tratados em separados. Os outros dois guardam características próprias e mais específicas, mas também têm interseções e fazem articulações entre si. (BRASIL, 1997, p. 68)

Não discordamos que realmente se deva levar em consideração o conhecimento sobre o corpo nas aulas de educação física, mas em que esse corpo passa a ser resumido. Apesar de o documento afirmar que não tem o corpo como um “amontoado de partes e aparelhos” (BRASIL, 1997, p.68), se limita a tratar do corpo biológico, não abordando as marcas do trabalho, da exploração, de como o corpo é usado nesta sociedade, etc.

Para a abordagem dos conteúdos, o documento diz que devem ser tratados em três categorias: a conceitual, a procedimental e atitudinal. A primeira é em relação aos fatos, princípios e conceitos; a segunda, aos procedimentos, ao fazer; e a terceira é relacionada com as normas, valores e atitudes. Essas categorias, mesmo que tratadas especificamente, estão associadas. Os conteúdos devem abordar em primeiro lugar a categoria atitudinal, depois agrupa a conceitual e procedimental. A categoria atitudinal deverá estar em primeiro plano pois não considerando os valores e atitudes da cultura corporal de movimento, esta aprendizagem se reduz ao tecnicismo, e de forma alienante. Acreditamos que sim, os valores devem ser explícitos na prática pedagógica, mas a questão é que as atitudes e valores transmitidos e salientados pelo documento são, de maneira implícita, os valorizados pela atual sociedade, não mostrando que acabam por defender a manutenção da sociedade na forma como esta organizada hoje, no capitalismo.

Mas algo marcante e que precisa ser exposto é que, apesar de desde o início do documento haver uma posição contra a educação física reprodutivista e esportivizada, em todos os momentos e itens o esporte está presente. O esporte tem um histórico de ser usado para o anesteciamento da classe trabalhadora, que se distrai, relaxa e serve de catarse para as dificuldades enfrentadas no dia a dia. Apesar de instigar para que o esporte seja trabalhado de formas variadas, não questiona qual vem sendo o papel do esporte.

3.1.2. CIDADANIA

Uma característica que permeia todo o documento é a questão da cidadania. Mas exercer a cidadania depende do momento histórico e político do país, pois ser cidadão é gozar de seus direitos. Porém, ao mesmo tempo, variadas reformas vêm no sentido de retirar direitos já conquistados pelos trabalhadores e pelas trabalhadoras. Podemos então nos questionar, o que seria essa cidadania? Aceitar tais regras e retiradas de direitos? Os PCNs dizem que é a cidadania deve ser compreendida como participação social e política, exercendo os direitos e deveres

políticos, civis e sociais, sendo solidário, cooperativo e repudiar às injustiças. Mas ser cidadão é também respeitar as leis, inclusive e principalmente a lei da propriedade privada. Acreditamos que ser cidadão ou cidadã é, não só adotar tais atitudes, mas lutar pelos seus direitos e que a educação não deve só valorizar o exercício da cidadania, mas estimular o questionamento sobre as suas condições de vida, de saúde, de educação, pois a fase reivindicatória é importante na construção do trabalhador e da trabalhadora, para que passem a lutar. Mas, essa luta que pode ser desenvolvida, no âmbito de buscar a cidadania, só pode proporcionar uma exploração mais humanizada, sem avançar na luta pela transformação social de fato, pelo fim do modo de produção capitalista, que deve ser o objetivo dos trabalhadores e das trabalhadoras, que são os que sofrem as conseqüências desta sociedade. O documento em nenhum momento questiona os limites do modo de produção atual, ele enfatiza todo o processo educacional como forma de melhorar esse sistema e não de questioná-lo, rompe-lo e supera-lo. Assim observamos que, com este discurso de exercício da cidadania, os documentos nacionais pretendem minimizar a ação popular, estimulando-os a aceitar “as regras do jogo”.

4. CONSIDERAÇÕES

Em uma sociedade dividida em classes, sendo uma classe dominante e outra dominada, e que possuem interesses totalmente antagônicos, observamos os esforços da atual classe dominante – a burguesa – em manter esta forma de organização social. Porém esta forma de organização implica em mudanças no mundo do trabalho, o que, inclusive, auxilia na manutenção do capitalismo. Mas a fase que vivemos nos dias de hoje é a mais escura para os trabalhadores e trabalhadoras, pois não há uma grande preocupação com as suas necessidades, pois a exploração está nos seus momentos mais duros.

Claro que tal situação econômica se reflete na escola e na educação física. A escola que surgiu como um direito passa por um discurso que, ao mesmo tempo valoriza que todos e todas estejam estudando, e que restringe uma formação de qualidade a aqueles e aquelas que podem pagar por isso. A escola também não perde seu caráter de aparelho ideológico do Estado, inclusive, as escolas públicas, estão cada vez cumprindo mais este papel, transmitindo valores, idéias e ideais, burgueses – especialmente os importantes para o toyotismo – para seus alunos e suas alunas.

A educação física, que sempre esteve atrelada aos interesses do capitalismo está em um período de transição, pois não tem valor imediato para o atual modo de produção. Podemos perceber nos PCNs uma busca em legitimar a educação física de uma maneira diferente da que ela vem sendo destinada até então: mera reprodução. Porém, observamos que a forma que este documento a traz é como uma alternativa de construção de valores e atitudes que possam ser importantes para uma maior tranquilidade no desenvolvimento do atual modo de produção capitalista, o toyotismo. Valores como respeito, diálogo, solidariedade, são importantes para o convívio entre as pessoas, mas se há um condicionamento das pessoas, tais valores podem servir como anesteciamento das lutas.

Os PCNs tem a sua forma definida como um grande plano de ensino para as séries finais do fundamental, pois não só dá uma direção como detalha avaliações e

objetivos para os professores e professoras de educação física de todo o país. O documento maquia seus interesses através de termos, objetivos e discursos aparentemente críticos, mas que defendem como plano de fundo, um projeto de sociedade, a capitalista. Apresenta dados, lamenta-se da realidade educacional brasileira, diz buscar uma superação da educação física reprodutivista, mas em nenhum momento questiona os motivos de haver tanta evasão escolar no ensino fundamental, o porquê das escolas públicas brasileiras estarem em tão precárias condições, e esquece da influência do mundo do trabalho, não só na educação física, mas na escola também. Limita-se na apresentação de dados, esquecendo que há motivos e um histórico que culmina na situação da escola e da educação física nos dias de hoje. Temos a clara compreensão de que a solução para os problemas que nos deparamos atualmente teve seu início a muitos anos. Estudar e entender a história se faz importante para superarmos as dificuldades de hoje, porém tal elemento não é valorizado pelo documento, que nos dá a impressão de deixar para segundo plano a historicidade das questões e dos conteúdos, nos deixando a certeza que o documento tem uma opção de classe, mesmo não deixando claro a sua defesa.

Mas então o que defendemos para a educação física?

Apesar de o documento não trazer tais questões, o professor ou a professora podem questionar variadas relações sociais, valores, etc, através da reflexão da cultura corporal, que tem como objetivo

...desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal (...) que podem ser identificadas como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criado e culturalmente desenvolvidas. (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 38)

Pois, se a expressão corporal, ou melhor dizendo, a cultura corporal, é a representação simbólica da realidade, expressa, então, as conseqüências da exploração do homem ou da mulher pelo homem ou pela mulher, da divisão entre as

duas classes antagônicas, do modo de produção vigente, enfim, expressa as marcas do capitalismo na construção histórica do ser humano, e deve ser refletida em suas raízes, buscando entender qual seu papel na sociedade de hoje, para enfim, superá-la. Tal expressão está presente nas ações cotidianas, em todos os momentos e atitudes da pessoa, pois a consciência, e conseqüentemente a forma de lidar com as situações são determinadas pela realidade concreta que a pessoa enfrenta diariamente. Ao omitir a forma de organização capitalista e dividida que a sociedade está nos dias de hoje, significa não a questionar, defende-la e assegurar a sua perpetuação.

Cada professor e cada professora em sua prática docente diária defendem uma classe, intencionalmente ou não, mas eles e elas também sofrem as conseqüências do capitalismo e do seu atual modo de produção. Estudar a forma como a sociedade está organizada e questioná-la é um primeiro passo que possamos com clareza defender uma classe. Defender a classe trabalhadora significa, lutar por uma transformação não só da educação ou da educação física, e sim da base da sociedade, de seu modelo de organização. Buscar uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências bibliográficas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. *In*: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós neoliberalismo: as políticas e o Estado democrático**. 6.ed. São Paulo: Paz e terra, 2003. p.9-23.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília: MEC, 1998.

BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. *In*: BUFFA, Éster, ARROYO, Miguel, NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p. 11-29.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. 3.ed. Campinas: Papyrus, 1991.

FURTADO, Rafael Alencar. **Diretrizes Curriculares para a Educação Física: a formação profissional em questão**. Monografia de conclusão de curso em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná, 2003.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu, GENTILI, Pablo (orgs.). **Escola S/A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, 1996.

GHIRALDELLI, Paulo. **Educação Física Progressista**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Trad. de Waltensir Dutra. 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Trad. Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação Física e reordenamento do mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2004.

SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. *In*: FERRETI, Celso, et all (orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 151-168.

SOARES, Carmen Lúcia. **Educação Física: raízes européias e Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOUSA JUNIOR, Justino. **Trabalho, Estado e escola – crises que se entrecruzam**. Grupo de Trabalho 9 (trabalho e Educação) ANPED. www.anped.org.br 2002.